

**(aprendendo) Direitos Humanos
com Boletins do Fórum Intersindical****[Boletim Informativo nº 01, setembro 2015, Editorial]****Querem impedir as ações
de Vigilância em Saúde
do Trabalhador do SUS
– Quem ganha com isso? –**

Desde que o Sistema Único de Saúde – SUS – obteve da Constituição Federal de 1988 a prerrogativa de executar ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador que alguns auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – vêm tentando impedir que o SUS exerça sua missão constitucional. Recentemente, houve nova tentativa de levar adiante esta intenção. Documento de 24/02/2015, subscrito pelo coordenador de fiscalização e projetos do MTE, com o propósito de arguir a competência do SUS de executar ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador, encontra-se na Advocacia Geral da União para exame. Uma pergunta não pode deixar de ser feita: a quem interessa isso? Com certeza o interesse não é das centenas de milhares de trabalhadores que continuam se acidentando, adoecendo e morrendo no trabalho todos os anos. Também não é interesse dos milhares de profissionais de saúde, hoje inseridos nos 210 (duzentos e dez) Centros de Referência em Saúde do Trabalhador do SUS – Cerest –, que fazem um esforço hercúleo para combater o adoecimento e a morte no trabalho. Sabemos que muitos auditores fiscais do MTE também fazem um esforço hercúleo para cumprir sua missão, especialmente pelo seu enorme déficit quantitativo. O Brasil, hoje, conta com aproximadamente 2700 auditores fiscais do trabalho e não há perspectiva de preenchimento das centenas de vagas que deixam o MTE com o número de auditores mais baixo dos últimos vinte anos. Tanto o Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho quanto o Ministério Público do Trabalho e mesmo a Organização Internacional do Trabalho vêm chamando a atenção para o problema.

De qualquer modo, como temos no Brasil mais de 5600 municípios, alguns deles com a dimensão de países, é fácil imaginar que mesmo com alguma reposição do déficit de auditores, estaríamos muito aquém da necessidade de controle dos processos e ambientes de trabalho que causam o enorme problema de saúde da população trabalhadora. Mas, afinal, a quem interessa que o SUS não possa atuar frente a essa situação? Quem ganha com isso? Se sabemos que a saúde no trabalho é um problema de saúde pública, porque impedir que a missão do SUS seja cumprida? É claro que não se pretende substituir os auditores fiscais que têm prerrogativas peculiares para a fiscalização do trabalho, especialmente relacionadas ao contrato – carteira de trabalho, recolhimento de FGTS, cumprimento de normas regulamentadoras, acordos, convenções e contratos coletivos, entre outras atribuições –. Mas, em matéria de saúde no trabalho, o Estado brasileiro fica a desejar. O Estado brasileiro é um só. Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde, como parte do SUS, têm a mesma estatuta institucional e missões similares e (que deveriam ser) compartilhadas. E se assim não é, a quem interessa que não seja? Não temos dúvida de que a capilaridade das vigilâncias do SUS, cujas ações se estendem a todos os municípios brasileiros, seriam estratégicas no enfrentamento das situações que hoje comprometem a vida dos trabalhadores em suas mais distintas formas de inserção nos processos produtivos. Para isso, a capacidade técnica dos auditores fiscais do trabalho, em conjunto com as universidades públicas e os Cerest, poderia ser utilizada num grande esforço nacional de resgate da enorme dívida que a saúde pública e o país têm com os doentes, acidentados e mortos no mundo do trabalho, onde deveriam ter sua vida, sua dignidade e a integridade de suas famílias preservadas. Ações conjuntas, especialmente na capacitação de pessoas nas vigilâncias e na atenção básica da saúde, unindo o aparelho do Estado brasileiro na defesa da saúde dos trabalhadores seria um passo a mais na conquista de uma cidadania no mundo do trabalho. Por isso a pergunta: afinal, a quem interessa que o SUS não cumpra sua missão constitucional? Quem ganha com isso? ■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.